## Sumário

NU	IA DU AUTUK	5
	oítulo I GIME JURÍDICO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS:	
	REITO INTERTEMPORAL, SALÁRIO DE BENEFÍCIO,	
	NDA MENSAL INICIAL, CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO	
	IREITO ADQUIRIDO	11
1.	Princípio do Tempus Regit Actum	11
2.	Fator previdenciário	14
3.	Salário de benefício – Regramento em vigor	19
4.	Salário de benefício – Regras de transição	27
5.	Salário de benefício – Normas revogadas	
	(a partir da Lei 8.213/91)	28
6.	Salário de benefício – Normas revogadas	
	(anteriores à Lei 8.213/91)	30
7.	Salário de benefício – Tabela de evolução histórica	34
8.	Renda mensal inicial dos benefícios - regras atuais	36
9.	Renda mensal inicial dos benefícios -	
	regramento antigo e evolução histórica	43
	9.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral	
	dos Institutos de Aposentadorias e Pensões)	44
	9.2. Lei 3.807/1960	
	(Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS)	46
	9.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro	
	de acidentes de trabalho na previdência social)	49
	9.4. Lei Complementar 11/1973	50
	9.5. Lei 5.890/1973	51
	9.6. Lei 6.179/1974	52
	9.7. Lei 6.210/1975	52
	9.8. Lei 6.367/1976	53
	9.9. Constituição Federal de 1988 (texto original)	54
	9.10. Lei 8.213/91 (redação original)	
	e alterações posteriores	55
	9.11. Emenda 20/1998	59
10.	Reajustamento dos benefícios	61



## Frederico Augusto Di Trindade Amado

11.	Direito adquirido	65
Can	vítulo II	
	VEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS:	
	ESCRIÇÃO QUINQUENAL E DECADÊNCIA DECENAL	69
1.	Efeitos jurídicos do transcurso do tempo	69
2.	Prescrição quinquenal	72
3.	Decadência decenal para o exercício do poder de	, ,
٥.	autotutela pela administração pública previdenciária	81
4.	Decadência decenal na revisão	01
т.	de benefícios previdenciários	84
5.	Decadência decenal para a impugnação de ato	O I
٥.	administrativo que indeferiu benefício previdenciário	89
	danimorativo que materia benenero previatirominim	0,
Can	itulo III	
	NEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS:	
	/ISÃO, REAJUSTAMENTO E PEDIDOS AFINS	91
1.	Revisional com base na atualização monetária dos	
	salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77)	92
2.	Revisional fundamentada na atualização	
	do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79)	96
3.	Revisão de benefício pelo índice integral	
	no primeiro reajustamento (Súmula 260,	
	do Tribunal Federal de Recursos)	98
4.	Revisão administrativa de benefícios pela equivalência	
	de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58,	
	do ADCT, da Constituição de 1988)	03
5.	Revisão dos benefícios rurais para um salário	
	mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal)	04
6.	Revisão administrativa de benefício	
	para a incidência de correção monetária	
	dos 36 últimos salários de contribuição	
	(artigo 144, da Lei 8.213/91 - "buraco negro")	.06
7.	Reajuste da renda do benefício pela variação do salário	
	mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991	.09
8.	Revisão de benefício pelo número	
	de salários mínimos da data da concessão	10
9.	Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93)	13
10.	Revisão administrativa de benefício limitado	

## Sumrio

	ao teto do salario de beneficio (Lei 8.870/94 –
	revisão do "buraco verde") 115
11.	Revisão administrativa de benefício limitado ao teto
	do salário de benefício – regra permanente de incidência
	do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94)118
12.	Revisão de benefício com a inserção do IRSM
	de fevereiro de 1994 na atualização dos salários
	de contribuição (Lei 8.880/94)119
13.	Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001 123
14.	Revisão da pensão por morte para 100%
	do salário de benefício (Lei 9.032/95) 125
15.	Revisão do auxílio-acidente para 50%
	do salário de benefício (Lei 9.032/95)
16.	Revisão de aposentadoria por invalidez precedida
	de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91)134
17.	Revisão de benefício através da consideração apenas
	dos salários de contribuição que antecederam
	à formação do direito adquirido com desconsideração
	dos posteriores (direito ao melhor benefício)137
18.	Revisão de aposentadoria por invalidez,
	auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão
	com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91,
	com redação dada pela Lei 9.876/99
	(80% dos maiores salários de contribuição) 144
19.	Pagamento da correção monetária dos benefícios
	pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário 153
20.	Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho
21.	Readequação do salário de benefício
	pelos novos tetos fixados pelas Emendas
	20/98 (R\$ 1.200,00) e 41/03 (R\$ 2.400,00)
22	para os benefícios concedidos anteriormente
22.	Desaposentação (renúncia da aposentadoria)
23.	Despensão
24.	Revisão de aposentadorias dos ferroviários
25	com complementação paga pela União
25.	revisão de aposentadorias com complementos pagos
	por entidades fechadas de previdência privada 185
DEE	FRÊNCIAS 189

